



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS - SÃO PAULO

Professor II- História

Nº 001/2025

CÓD: SL-108JL-25
7908433280699

Língua Portuguesa

1. Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto	9
2. conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial	12
3. Acentuação gráfica.....	18
4. Pontuação.....	19
5. Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação.....	21
6. Concordância verbal e nominal	31
7. Regência nominal e verbal.....	33

Matemática

1. Teoria dos Conjuntos	47
2. Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas.....	50
3. Cálculos Algébricos	52
4. Grandezas Proporcionais	58
5. Regra de Três Simples e Composta	59
6. Porcentagem e Juro Simples	61
7. Sistema Monetário Brasileiro.....	64
8. Equação do Primeiro e Segundo Grau - problemas.....	66
9. Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas	69
10. Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, circunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas).....	72
11. sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes	82
12. Funções do 1º e 2º grau	86
13. Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas	94
14. Resolução de problemas.....	96

Informática

1. Sistema Operacional Microsoft Windows.....	103
2. Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016).....	121
3. Internet e ferramentas	150

Conhecimentos Pedagógicos

1. O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual	159
2. A construção do conhecimento	160
3. Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem	161
4. o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	164
5. A avaliação da aprendizagem.....	165

6. Integração escola, família e comunidade.....	166
7. O papel do professor no mundo atual.....	167

Bibliografia Geral

1. Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214).....	171
2. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	174
3. Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138).....	193
4. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.....	196
5. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.....	202
6. BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.....	209
7. BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	209
8. CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.....	210
9. CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.....	210
10. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	210
11. CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011.....	211
12. COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar.....	211
13. COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017.....	212
14. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.....	213
15. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000.....	213
16. IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época).....	214
17. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.....	215
18. LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.....	215
19. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011...	216
20. MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.....	216
21. MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016.....	217
22. WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000.....	217

Conhecimentos Específicos Professor II - História

1. Práticas de pesquisa no ensino de História.....	219
2. Fundamentos, métodos e objetivos do ensino de História	223
3. Construção da consciência histórica	227
4. Uso de fontes históricas e documentos na sala de aula	230
5. Currículo de História conforme a BNCC	234
6. Cultura afro-brasileira e indígena no ensino de História	239
7. Educação histórica e diversidade cultural.....	243
8. Avaliação da aprendizagem em História	247
9. Formação docente em História: saberes e práticas	250
10. Projetos interdisciplinares no ensino de História.....	255
11. Cinema e linguagens audiovisuais como recurso didático.....	259
12. Arqueologia e suas contribuições para a aprendizagem histórica	262
13. Temas contemporâneos no ensino de História.....	266
14. História do século XX e suas implicações educativas	271
15. Educação crítica, emancipatória e interdisciplinar	274
16. Tecnologias, inovação pedagógica e mediação no ensino	278
17. Metodologias ativas – Ensino Híbrido.....	282

Bibliografia Específica

1. ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2021.....	287
2. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base. – Assuntos relacionados à HISTÓRIA.....	288
3. BARROSO, Véra Lúcia Maciel et al. Ensino de História: desafios contemporâneos. 2010.....	289
4. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2008.....	291
5. CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica. 2011.....	293
6. DEMO, Pedro. Educação, currículo e projetos interdisciplinares. São Paulo: Cortez, 2012	295
7. FERRO, Marc. Cinema e História. 2010	296
8. FUNARI, Pedro Paulo. História e Arqueologia: Uma Introdução. São Paulo: Contexto, 2018.....	298
9. HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos. 1995	300
10. MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e cultura afro-brasileira. 2010	302
11. MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 2015.....	303
12. ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. História e cultura indígena na escola. 2012	305
13. RODRIGUES, Solange B. Avaliação no Ensino de História. 2015.....	306
14. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensino de História: conceitos, práticas e saberes docentes. 2013	308
15. VASCONCELLOS, Maria Helena Souza (org.). Ensino de História: abordagens e práticas. 2014.....	310

QUESTÕES QUE POSSIBILITEM AVALIAR A CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

— **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

— **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

— **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

— **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

— **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

— **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

— **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

— **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

— **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

— Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

— Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

— Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

— Dicas Práticas para Compreensão e Interpretação

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

Exemplo: Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

Dica: Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- Exemplo: Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

Dica: Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

Exemplo: Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

Exemplo: Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

Dica: Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

Exemplo: Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

Pratique Regularmente

Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

MATEMÁTICA

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

- \in : pertence
- \notin : não pertence
- \subset : está contido
- $\not\subset$: não está contido
- \supset : contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- \implies : implica que
- \iff : se, e somente se
- \exists : existe
- \nexists : não existe
- \forall : para todo(ou qualquer que seja)
- \emptyset : conjunto vazio
- \mathbb{N} : conjunto dos números naturais
- \mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros
- \mathbb{Q} : conjunto dos números racionais
- \mathbb{I} : conjunto dos números irracionais
- \mathbb{R} : conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto
 $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

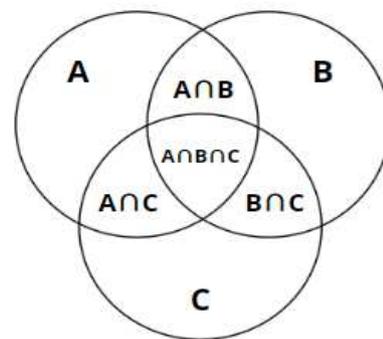
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- (1) $A = A$.
- (2) Se $A = B$, então $B = A$.
- (3) Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- (4) Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos:

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos

- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo \in . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- A relação de pertinência é expressa por: $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- A relação de não-pertinência é expressa por: $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva: $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- Propriedade transitiva: se $A \subset B$ e $B \subset C$, então $A \subset C$.

Operações entre conjuntos

1) União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

$A = \{1,2,3,4\}$ e $B = \{5,6\}$, então $A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

Fórmulas:

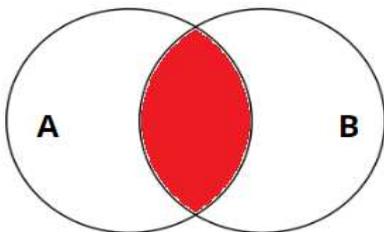
$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$

$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

2) Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$A = \{a,b,c,d,e\}$ e $B = \{d,e,f,g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

Fórmulas:

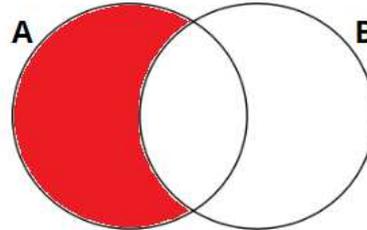
$n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$

$n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

3) Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$A \setminus B$ ou $A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}$.



Exemplo:

$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

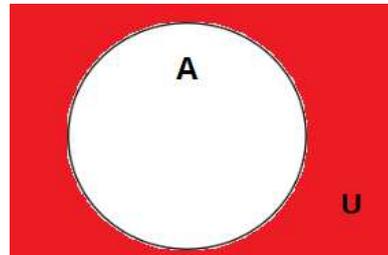
Fórmula:

$n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$

4) Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por \bar{A} ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$\bar{A} = \{x \in U | x \notin A\}$



Exemplo:

$U = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$ e $A = \{0,1,2,3,4\}$, então $\bar{A} = \{5,6,7\}$

Fórmula:

$n(\bar{A}) = n(U) - n(A)$

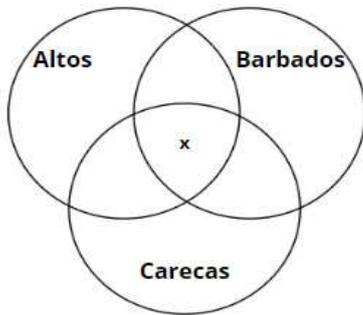
Exemplos práticos

1. (MANAUSPREV – Analista Previdenciário – FCC/2015) Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

- (A) 4.
- (B) 7.
- (C) 13.
- (D) 5.
- (E) 8.

Resolução:

Primeiro, quando temos três conjuntos (altos, barbados e carecas), começamos pela interseção dos três, depois a interseção de cada dois, e por fim, cada um individualmente.



Se todo homem careca é barbado, então não teremos apenas homens carecas e altos. Portanto, os homens altos e barbados que não são carecas são 6.



Sabemos que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas e também que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados



Sabemos que 18 são altos



Quando resolvermos a equação $5 + 6 + x = 18$, saberemos a quantidade de homens altos que são barbados e carecas.
 $x = 18 - 11$, então $x = 7$

Carecas são 16



então $7 + 5 + y = 16$, logo número de barbados que não são altos, mas são carecas é $Y = 16 - 12 = 4$

Resposta: A.

Nesse exercício, pode parecer complicado usar apenas a fórmula devido à quantidade de detalhes. No entanto, se você seguir os passos e utilizar os diagramas de Venn, o resultado ficará mais claro e fácil de obter.

2. (SEGPLAN/GO – Perito Criminal – FUNIVERSA/2015) Suponha que, dos 250 candidatos selecionados ao cargo de perito criminal:

- 1) 80 sejam formados em Física;
- 2) 90 sejam formados em Biologia;
- 3) 55 sejam formados em Química;
- 4) 32 sejam formados em Biologia e Física;
- 5) 23 sejam formados em Química e Física;
- 6) 16 sejam formados em Biologia e Química;
- 7) 8 sejam formados em Física, em Química e em Biologia.

Considerando essa situação, assinale a alternativa correta.
 (A) Mais de 80 dos candidatos selecionados não são físicos nem biólogos nem químicos.

(B) Mais de 40 dos candidatos selecionados são formados apenas em Física.

(C) Menos de 20 dos candidatos selecionados são formados apenas em Física e em Biologia.

INFORMÁTICA

SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

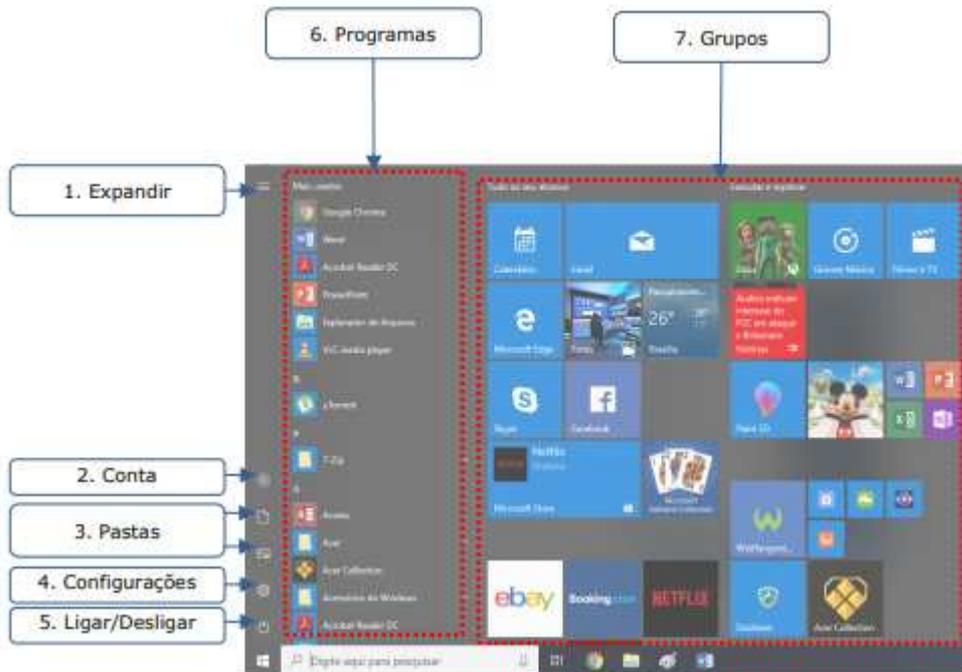
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

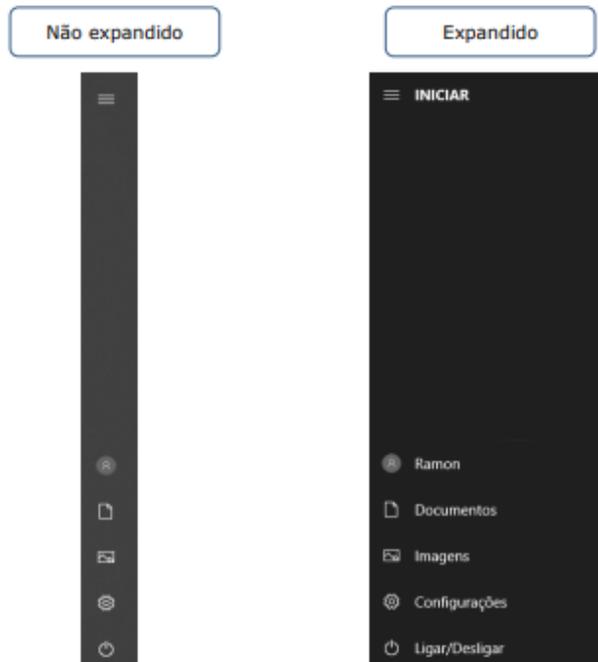
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



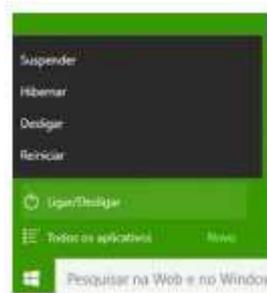
Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

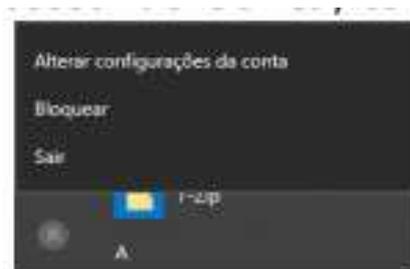
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

Além dessas opções, acessando Conta, temos:



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

O SISTEMA ESCOLAR BRASILEIRO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ATUAL

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);

- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

Educação Superior

O ensino superior no Brasil é dividido em:

- Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo);
- Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

As universidades públicas e privadas seguem normas estabelecidas pelo MEC e são avaliadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Modalidades de Ensino

Além das etapas regulares, a legislação prevê modalidades específicas para atender diferentes públicos:

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Destinada a quem não teve acesso à educação na idade adequada, garantindo a alfabetização e certificação de ensino fundamental e médio.

Educação Especial

Atende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Educação Profissional e Tecnológica

Inclui cursos técnicos e tecnológicos voltados para a formação profissional, regulamentados pela Lei nº 11.741/2008.

Educação Indígena e Quilombola

Prevê o respeito às especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas e quilombolas, garantindo ensino bilíngue e conteúdos contextualizados.

Organização Federativa e Financiamento da Educação

A educação no Brasil é responsabilidade da União, estados, municípios e Distrito Federal, conforme o artigo 211 da Constituição. O financiamento ocorre por meio de programas como:

- Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica);
- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Desafios e Perspectivas da Educação Brasileira

Apesar dos avanços legislativos, desafios persistem, como a evasão escolar, a valorização dos professores e a infraestrutura das escolas. O futuro da educação brasileira depende da implementação eficaz das políticas públicas e do cumprimento das metas do PNE.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento é um processo fundamental no campo da educação e das ciências cognitivas, relacionado à maneira como os indivíduos adquirem, organizam e integram novos saberes. Esse processo não envolve apenas a assimilação de informações passadas de forma mecânica, mas ocorre de maneira ativa e contínua, onde o sujeito participa ativamente da construção do seu aprendizado. Teóricos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Jerome Bruner ofereceram contribuições valiosas para a compreensão desse fenômeno, destacando a importância das interações entre o indivíduo, o meio social e os estímulos culturais na formação do conhecimento.

A construção do conhecimento depende de múltiplos fatores, incluindo a interação social, a experiência prévia e a mediação pedagógica, que devem ser cuidadosamente planejadas para promover uma aprendizagem significativa e duradoura. O conceito de construção é oposto à ideia de um ensino meramente passivo e linear, sugerindo que a aprendizagem ocorre por meio de reflexões, reorganizações mentais e adaptações.

A Teoria de Jean Piaget: A Construção Cognitiva

Jean Piaget é um dos mais influentes teóricos sobre o desenvolvimento cognitivo. Para ele, a construção do conhecimento ocorre por meio de um processo ativo, em que o indivíduo reorganiza mentalmente as informações com base em suas interações com o ambiente. Piaget descreveu o processo de construção do conhecimento como sendo composto por dois mecanismos fundamentais:

- **Assimilação:** Quando o indivíduo incorpora novas informações ao que já sabe, sem alterar significativamente suas estruturas cognitivas. Por exemplo, uma criança que já conhece o conceito de "gato" pode assimilar o conhecimento sobre novos tipos de gatos que encontrar.

- **Acomodação:** Quando novas informações desafiam o que o indivíduo sabe, e ele precisa ajustar suas estruturas cognitivas para acomodar esse novo conhecimento. Por exemplo, ao encontrar um animal que se parece com um gato, mas que se comporta de maneira diferente, a criança pode modificar suas estruturas mentais para incluir uma nova categoria de animais.

Piaget também propôs os estágios de desenvolvimento cognitivo, que descrevem como as crianças constroem o conhecimento em diferentes fases da vida, com cada estágio caracterizado por formas de pensamento mais complexas.

A Teoria de Vygotsky: A Construção Social do Conhecimento

Lev Vygotsky, por sua vez, destacou o papel central da interação social no processo de construção do conhecimento. Para ele, o aprendizado não é apenas o resultado de processos internos, mas sim de interações mediadas com o ambiente social e cultural. Vygotsky propôs o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que define a distância entre o que o indivíduo consegue fazer sozinho e o que pode fazer com a ajuda de outros.

Na abordagem de Vygotsky:

- O conhecimento é construído com a mediação de figuras como professores e colegas mais experientes, que ajudam o aprendiz a realizar tarefas e entender conceitos que ele não poderia desenvolver sozinho.

- O diálogo e a linguagem são essenciais na construção do conhecimento, pois permitem a troca de ideias e a internalização dos conceitos discutidos. A comunicação promove o avanço cognitivo ao expandir o alcance da compreensão do aprendiz.

Vygotsky também enfatizou o papel da cultura e dos artefatos culturais na formação do conhecimento, sugerindo que o desenvolvimento cognitivo é moldado pelas ferramentas culturais e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido.

Jerome Bruner e a Aprendizagem por Descoberta

Jerome Bruner complementa as teorias de Piaget e Vygotsky ao destacar a importância da aprendizagem por descoberta, na qual o aluno constrói o conhecimento ao explorar e investigar problemas. Para Bruner, os alunos devem ser incentivados a descobrir relações e conceitos por meio de um processo ativo de investigação e experimentação, em vez de receber passivamente as informações do professor.

Os principais conceitos de Bruner incluem:

- **Andamiação:** Um processo no qual o professor fornece suporte temporário para o aluno até que ele seja capaz de realizar uma tarefa de forma autônoma. Esse suporte é gradualmente retirado à medida que o aluno adquire maior independência no processo de aprendizagem.

- **Aprendizagem espiral:** O conhecimento deve ser revisitado em diferentes níveis de complexidade à medida que o aluno progride. Isso permite que os conceitos sejam consolidados de maneira mais profunda, adaptando-se ao nível de desenvolvimento cognitivo do estudante.

Bruner acredita que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando os alunos são desafiados a pensar e resolver problemas por conta própria, em vez de simplesmente memorizar respostas prontas.

A Aplicação da Construção do Conhecimento no Ensino

Na prática educacional, a construção do conhecimento requer a criação de um ambiente de aprendizado que promova a exploração, a curiosidade e a autonomia dos alunos. Algumas estratégias para facilitar esse processo incluem:

- **Métodos ativos de ensino:** A adoção de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL), estudos de caso e trabalhos colaborativos, ajuda a envolver os alunos em processos investigativos e de solução de problemas, em vez de uma aprendizagem puramente passiva.

- **Mediação docente:** O professor deve atuar como um facilitador, orientando os alunos no processo de descoberta e oferecendo suporte quando necessário. Isso pode envolver a formulação de perguntas instigantes, a promoção de debates em sala de aula e a oferta de feedback construtivo.

- **Interdisciplinaridade:** Integrar diferentes áreas do conhecimento em projetos interdisciplinares permite que os alunos compreendam como os conceitos estão conectados, aplicando o que aprenderam em contextos variados e significativos.

ATIVIDADES ADEQUADAS E UTILIZAÇÃO DE JOGOS NA APRENDIZAGEM

— O jogo e o lúdico como recurso pedagógico

Na busca por respostas sobre como tornar o ensino agradável tanto para os alunos quanto para os professores descobrimos que o uso de jogos bem como de atividades lúdicas, como recursos metodológicos, podem ser a saída para melhorar o processo de ensino/aprendizagem e tornar o trabalho educacional realizado em nossas escolas mais dinâmico e prazeroso. Toda prática pedagógica deve proporcionar alegria aos alunos no processo de aprendizagem¹.

Existem estudiosos que defendem a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Para eles, o trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

O lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação. É através do lúdico o sujeito toma consciência do seu meio, de tudo que está a sua volta, estabelecendo relações com esse meio, aprendendo com ele e através dele.

O que a ludicidade traz de novo é o fato de que quando o ser humano age de forma lúdica vivencia uma experiência plena, isto é, ele se envolve profundamente na execução da atividade. Sendo assim, o trabalho utilizando a ludicidade pode contribuir para que o aluno tenha maior interesse pela atividade e se comprometa com sua realização de forma prazerosa.

Os jogos e as brincadeiras são atividades lúdicas que estão presentes em toda atividade humana. Por meio dessas atividades, o indivíduo se socializa, elabora conceitos, formula ideias, estabelece relações lógicas e integra percepções. Essas atividades fazem parte da construção do sujeito.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o

desenvolvimento pessoal, social e cultural, E facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

O lúdico é um recurso pedagógico que pode ser mais utilizado, pois possui componentes do cotidiano e desperta o interesse do educando, que se torna sujeito ativo do processo de construção do conhecimento. Através do lúdico, o professor tem a chance de tornar sua prática pedagógica inovadora, pois além de desenvolver atividades divertidas, o professor pode proporcionar situações de interação entre os alunos melhorando a forma de relacionamentos entre os mesmos.

O uso de jogos educativos com fins pedagógicos, nos leva para situações de ensino-aprendizagem visto que a criança aprende de forma prazerosa e participativa. No que se refere ao aspecto cognitivo, o jogo contribui para que a criança adquira conhecimento e desenvolva habilidades e competências.

Nesse sentido, o professor deve procurar proporcionar situações de aprendizagem motivadoras, de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, em atividades que possam desafiar-lo, despertando assim seu interesse pelo que está sendo ensinado em sala de aula. O processo de construção do saber através do jogo como recurso pedagógico ocorre porque, ao participar da ação lúdica, a criança inicialmente estabelece metas, constrói estratégias, planeja, utilizando, assim, o raciocínio e o pensamento.

Essas ações são imprescindíveis para que ocorra, de fato, a aprendizagem. Portanto, o uso de atividades lúdicas como brincadeiras, jogos, músicas, expressão corporal, como prática pedagógica, além de contribuir para o aprendizado dos alunos possibilita ao professor o preparo de aulas mais dinâmicas e interessantes.

Segundo Vygotsky, o brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido a utilização de jogos e atividades lúdicas, como ferramenta de ensino e facilitadora da aprendizagem, pode contribuir para melhorar a prática pedagógica do professor, despertando o interesse dos alunos pelas atividades desenvolvidas na sala de aula e, na escola de modo geral.

— Possibilidades educativas do/no jogo

O jogo como recurso pedagógico tem sido tema de estudos de diferentes autores. Alguns estudiosos salientam que quando o adulto, no caso da educação o professor, criam situações lúdicas com a finalidade de estimular “certos tipos de aprendizagem” dão ao jogo uma dimensão educativa.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade.

Defende-se a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. O trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

¹ http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – (ARTIGOS 205 A 214)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as pon-

derações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no § 2º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementar os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre

etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIV - no exercício de 2025, da complementação de que trata o inciso V do caput, até 10% (dez por cento) dos valores de cada uma das modalidades referidas nesse dispositivo poderão ser repassados pela União para ações de fomento à criação de matrículas em tempo integral na educação básica pública, considerados indicadores de atendimento, melhoria da qualidade e redução de desigualdades, mantida a classificação orçamentária do repasse como Fundeb, não se aplicando, para fins deste inciso, os critérios de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso V deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

XV - a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão destinados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme diretrizes pactuadas entre a União e demais entes da Federação, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor II- História

PRÁTICAS DE PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A pesquisa no ensino de História vai muito além da simples busca por informações em livros ou na internet. Ela representa uma abordagem ativa e crítica de construção do conhecimento, que possibilita ao estudante desenvolver habilidades essenciais, como a análise de fontes, a reflexão sobre diferentes perspectivas e a interpretação de contextos históricos.

Quando bem aplicada, a pesquisa transforma o estudante em protagonista do processo de aprendizagem, permitindo que ele se envolva diretamente com os objetos de estudo e compreenda o funcionamento da produção do saber histórico.

► Pesquisa como ferramenta de aprendizado ativo

Uma das grandes contribuições da pesquisa no ensino de História é a ruptura com o modelo tradicional baseado apenas na memorização de datas e eventos. Ao invés disso, o aluno é incentivado a formular perguntas, buscar evidências, comparar versões e construir interpretações próprias. Essa prática estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, habilidades fundamentais tanto para o exercício da cidadania quanto para a formação acadêmica e profissional.

Além disso, a pesquisa promove uma aprendizagem significativa. Ao investigar temas que fazem sentido para o estudante – como a história do seu bairro, da sua família ou da sua cidade – ele consegue estabelecer conexões entre o conteúdo escolar e sua realidade cotidiana. Isso fortalece seu interesse pelo conhecimento histórico e valoriza a disciplina como um campo vivo e dinâmico.

► Formação da consciência histórica

Outro aspecto relevante é que a pesquisa contribui diretamente para a formação da consciência histórica. Isso significa dizer que, ao se deparar com fontes diversas, narrativas conflitantes e interpretações distintas, o aluno aprende que a História não é um conjunto fixo de verdades, mas sim um campo de disputas, escolhas e interpretações. Ele passa a compreender que o passado é constantemente reavaliado à luz de novos olhares e contextos, e que seu entendimento está sempre em construção.

A pesquisa, portanto, ensina o estudante a lidar com a complexidade do tempo histórico, desenvolvendo nele a capacidade de perceber continuidades e rupturas, permanências e mudan-

ças. Ao fazer isso, contribui para que ele compreenda melhor o presente e seja capaz de agir de forma mais consciente no mundo.

Desenvolvimento de competências específicas da área:

A prática da pesquisa histórica também permite a aquisição de competências específicas da área, como:

- Identificação e análise de fontes históricas (documentos, imagens, relatos orais etc.);
- Compreensão dos diferentes usos do tempo (cronológico, histórico, vivido, mitológico);
- Leitura crítica de textos e narrativas;
- Construção de argumentos com base em evidências;
- Comunicação de conclusões por meio de textos, exposições ou produtos criativos.

Essas competências são fundamentais para o letramento histórico, ou seja, para a capacidade de “ler” o mundo historicamente, entendendo os processos que o moldaram e as disputas que o atravessam.

► Integração entre teoria e prática

A pesquisa no ensino de História também tem um papel importante na integração entre teoria e prática. Muitas vezes, os conteúdos escolares parecem distantes da realidade dos estudantes, o que dificulta sua compreensão e seu interesse. A pesquisa, por outro lado, aproxima o conhecimento acadêmico da vivência cotidiana, mostrando que os conteúdos discutidos em sala têm relação com experiências concretas.

Por exemplo, ao estudar o período da ditadura militar no Brasil, os alunos podem entrevistar familiares, analisar jornais da época, visitar locais de memória e produzir materiais que dialoguem com suas descobertas. Isso torna o aprendizado mais envolvente e significativo, ao mesmo tempo em que estimula o respeito pela diversidade de memórias e trajetórias.

► Envolvimento ético e cidadão

Por fim, a pesquisa no ensino de História tem uma dimensão ética importante. Ao investigar temas ligados à memória, às desigualdades sociais, à violência ou à resistência, o aluno é convidado a refletir sobre questões complexas da sociedade. Ele aprende a respeitar diferentes pontos de vista, a valorizar os sujeitos históricos marginalizados e a reconhecer o papel das lutas sociais na transformação do mundo.

Essa dimensão ética reforça o caráter formativo da disciplina de História, que não se limita a informar sobre o passado, mas busca formar sujeitos críticos, empáticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Investir na pesquisa como prática pedagógica é, assim, investir na formação de sujeitos históricos capazes de compreender o mundo em que vivem e de atuar nele de maneira reflexiva e transformadora.

MÉTODOS E ABORDAGENS UTILIZADOS NAS PRÁTICAS DE PESQUISA

A pesquisa no ensino de História envolve uma diversidade de métodos e abordagens que podem ser adaptados conforme o objetivo pedagógico, o nível de ensino e o contexto escolar. Ao incorporar diferentes estratégias, o professor amplia as possibilidades de aprendizagem e permite que os alunos explorem múltiplas formas de produzir conhecimento histórico.

▶ **Pesquisa documental**

A pesquisa documental é uma das formas mais tradicionais de investigação histórica. Ela consiste na análise de documentos escritos, imagens, mapas, registros oficiais, jornais, cartas, diários e outros materiais produzidos em determinado contexto histórico. Essa abordagem permite que os estudantes tenham contato direto com as fontes primárias e aprendam a interpretá-las de maneira crítica.

Características:

- Envolve a coleta, leitura e análise de documentos;
- Exige o desenvolvimento da capacidade de contextualização;
- Pode ser feita em acervos escolares, bibliotecas públicas ou arquivos online.

Contribuições:

- Ensina os alunos a diferenciar fato e interpretação;
- Estimula a reflexão sobre a autoria, intenção e confiabilidade das fontes;
- Fortalece a compreensão do tempo histórico e das múltiplas vozes presentes no passado.

▶ **História oral**

A história oral é uma abordagem que valoriza os testemunhos, memórias e narrativas de pessoas que vivenciaram determinados acontecimentos. Por meio de entrevistas e gravações, os alunos podem construir um acervo de experiências vividas que muitas vezes não estão presentes nos livros didáticos.

Características:

- Requer a preparação de roteiros de entrevista;
- Exige respeito ético à pessoa entrevistada;
- Permite o diálogo intergeracional e o resgate da memória local.

Contribuições:

- Valoriza as histórias de vida e as trajetórias individuais;
- Trabalha a escuta atenta e o respeito à diversidade de experiências;
- Possibilita a investigação de temas pouco abordados nos registros oficiais, como a história das mulheres, dos trabalhadores ou de comunidades periféricas.

▶ **Trabalho com fontes iconográficas**

O uso de imagens, fotografias, pinturas, gravuras, cartazes e vídeos permite desenvolver a leitura crítica de representações visuais do passado. Essa abordagem ajuda a entender como diferentes épocas e grupos sociais construíram significados e identidades através da imagem.

Características:

- Envolve a análise dos elementos visuais e contextuais da fonte;
- Requer atenção à intencionalidade da produção visual;
- Pode ser integrada com textos, músicas e outros suportes.

Contribuições:

- Desenvolve o letramento visual e a interpretação simbólica;
- Estimula a reflexão sobre o poder da imagem na construção de narrativas;
- Torna a aula mais dinâmica e acessível, especialmente para alunos com dificuldade de leitura textual.

▶ **Pesquisa em fontes digitais e uso das tecnologias**

Com o avanço da tecnologia, os estudantes têm acesso a um grande volume de informações online. O desafio pedagógico é ensinar a filtrar, selecionar e interpretar essas informações com critérios historiográficos. Sites de arquivos históricos, museus virtuais, bancos de dados acadêmicos e plataformas de ensino são recursos cada vez mais presentes nas práticas de pesquisa.

Características:

- Acessível e familiar para muitos alunos;
- Exige desenvolvimento de habilidades digitais e de curadoria de fontes;
- Pode ser combinada com outras abordagens, como a criação de podcasts ou exposições digitais.

Contribuições:

- Amplia o acesso a diferentes tipos de fontes históricas;
- Estimula a produção de conteúdos pelos próprios estudantes;
- Contribui para o letramento digital e a alfabetização midiática.

▶ **Projeto de pesquisa interdisciplinar**

A pesquisa histórica pode ser enriquecida quando articulada com outras áreas do conhecimento, como Geografia, Sociologia, Língua Portuguesa, Arte e Ciências. Projetos interdisciplinares favorecem uma compreensão mais ampla dos fenômenos históricos e incentivam a colaboração entre estudantes.

Características:

- Envolve planejamento conjunto entre professores de diferentes disciplinas;
- Pode ser aplicado a temas transversais, como meio ambiente, migração ou memória;
- Estimula o trabalho em equipe e a construção coletiva do conhecimento.

Contribuições:

- Rompe com a fragmentação do currículo escolar;
- Favorece a compreensão sistêmica da realidade;
- Promove a construção de soluções e produtos integrados, como feiras culturais, documentários ou roteiros históricos locais.

► **Pesquisa baseada em problematização**

Essa abordagem propõe que os alunos partam de uma pergunta ou problema histórico para organizar sua investigação. A ideia central é construir o conhecimento a partir da curiosidade e da necessidade de entender determinado fenômeno.

Características:

- Foca na formulação de questões investigativas;
- Estimula a busca autônoma por respostas e hipóteses;
- Pode ser aplicada a temas locais, nacionais ou globais.

Contribuições:

- Desenvolve a capacidade analítica e argumentativa;
- Torna o aluno protagonista da aprendizagem;
- Aproxima o fazer histórico da prática científica investigativa.

Cada uma dessas estratégias contribui de forma específica para a formação do estudante como sujeito histórico, capaz de investigar, interpretar e comunicar saberes de forma crítica e criativa.

O papel do professor é orientar esse processo, oferecendo ferramentas metodológicas, apoio na seleção de fontes e espaço para o debate e a construção coletiva de significados.

A RELAÇÃO ENTRE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO

A pesquisa, quando inserida de forma significativa no ensino de História, se torna um instrumento essencial para o desenvolvimento do pensamento histórico. Essa relação é construída à medida que os estudantes deixam de ser apenas receptores de conteúdos prontos e passam a atuar como sujeitos ativos na produção do conhecimento.

Entender essa dinâmica é fundamental para compreender como a pesquisa pode formar cidadãos críticos, conscientes do papel da História na interpretação do presente e na projeção de futuros possíveis.

► **O que é pensamento histórico**

Pensar historicamente não é apenas conhecer os acontecimentos do passado. Trata-se de uma habilidade complexa que envolve compreender como esses acontecimentos se relacionam com o tempo, com os sujeitos que os viveram e com as interpretações que deles fazemos. O pensamento histórico inclui:

- A compreensão de que os fatos históricos são resultados de processos, escolhas e disputas;
- A capacidade de estabelecer relações entre o passado, o presente e o futuro;
- A análise crítica das fontes e das narrativas construídas sobre o passado;
- A noção de que o conhecimento histórico é provisório, sujeito a novas interpretações.

A construção desse pensamento exige práticas que estimulem a dúvida, a investigação, o confronto entre versões e a problematização dos sentidos atribuídos aos eventos históricos.

► **A pesquisa como caminho para o pensamento histórico**

A pesquisa cumpre um papel central nesse processo. Quando o aluno se engaja em uma investigação histórica – seja por meio de entrevistas, análise de documentos ou estudo de imagens –, ele é desafiado a aplicar as competências fundamentais do pensamento histórico:

- **Estabelecer questões históricas:** formular perguntas que deem sentido à pesquisa, como “Por que esse fato ocorreu?”, “Quem se beneficia dessa narrativa?”, “Quais são as versões desse acontecimento?”.

- **Lidar com fontes diversas:** buscar evidências que apoiem ou desafiem hipóteses iniciais, reconhecendo os limites, os contextos e os interesses envolvidos em cada tipo de fonte.

- **Compreender múltiplas temporalidades:** perceber que os acontecimentos históricos não seguem uma linha reta, e sim interação por diferentes ritmos, permanências e rupturas.

- **Construir interpretações conscientes:** organizar as informações coletadas e, a partir delas, elaborar explicações coerentes, bem fundamentadas e sensíveis às diferentes perspectivas envolvidas.

Essa prática desenvolve no estudante uma postura investigativa, reflexiva e responsável diante do passado, qualificando sua leitura de mundo.

► **A construção da consciência histórica por meio da pesquisa**

A consciência histórica diz respeito à maneira como os indivíduos e os grupos compreendem e atribuem sentido à sua própria inserção no tempo. Ela se forma na convivência com narrativas históricas, na participação em experiências coletivas de memória e, principalmente, na apropriação ativa da História como ferramenta de compreensão do mundo.

Ao realizar pesquisas, o estudante não apenas aprende sobre fatos e processos, mas também reflete sobre o que é relevante lembrar, registrar, esquecer ou contestar. Ele aprende que:

- A História é construída socialmente e está sujeita a interpretações;
- Nem todos os sujeitos têm as mesmas condições de registrar sua história;
- O esquecimento e o silenciamento também são formas de ação histórica.

Essas percepções são fundamentais para desenvolver a consciência histórica e, com ela, uma visão crítica da realidade.

► **Pensamento histórico e empatia histórica**

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da empatia histórica. Ao pesquisar o passado, o aluno é convidado a se colocar no lugar de pessoas que viveram em outros tempos e contextos. Isso não significa justificar suas ações, mas compreender os limites, as escolhas e os significados que esses sujeitos atribuíam às suas experiências.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ANDRADE, JULIANA ALVES DE; PEREIRA, NILTON MULLET (ORGS.). ENSINO DE HISTÓRIA E SUAS PRÁTICAS DE PESQUISA. 2021

Publicado em 2021, o livro *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*, organizado por Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira, reúne reflexões e experiências de diversos pesquisadores voltados para a interface entre teoria, prática docente e pesquisa no campo do ensino de História. A obra insere-se em um movimento acadêmico que busca consolidar o ensino de História como um campo autônomo de pesquisa, articulado tanto com a historiografia quanto com as ciências da educação.

Juliana Alves de Andrade é doutora em Educação e pesquisadora atuante nas áreas de formação docente e ensino de História, com ênfase nas questões de gênero, memória e práticas escolares. Nilton Mullet Pereira, por sua vez, é professor com larga produção no campo da teoria da História e do ensino de História, com destaque para temas como narrativa histórica, usos públicos da história e ensino de temporalidades. Ambos organizadores têm trajetória consolidada no ensino superior e em programas de pós-graduação voltados à formação de professores.

A obra foi publicada no contexto de crescente valorização da pesquisa educacional que nasce da prática docente e que é conduzida por professores atuantes na Educação Básica. Assim, ela se destina a um público amplo: licenciandos em História, professores da rede pública, formadores de docentes, coordenadores pedagógicos e pesquisadores interessados nas transformações contemporâneas do ensino de História. A coletânea busca oferecer elementos teóricos, metodológicos e empíricos que favoreçam a compreensão do trabalho docente como uma atividade intelectual e investigativa.

A estrutura do livro é composta por diferentes capítulos escritos por autores de variadas regiões do Brasil, o que confere diversidade de experiências e contextos educacionais à obra. Ainda que os textos apresentem enfoques e objetos distintos, há uma forte unidade em torno de alguns eixos centrais: a valorização da prática docente como espaço de pesquisa, a defesa de um ensino de História crítico e comprometido com a formação cidadã, e a articulação entre narrativas históricas, memória, identidade e diversidade cultural.

No plano teórico, a coletânea dialoga com diversos autores que vêm consolidando o ensino de História como campo específico do saber. Entre os principais referenciais mobilizados, destacam-se Jörn Rüsen, com sua teoria das narrativas históricas e da consciência histórica; Circe Bittencourt, referência na didática da História no Brasil; e Paulo Freire, cuja pedagogia crítica fundamenta as reflexões sobre a prática como elemento formativo e político. Essa base teórica é utilizada para afirmar a ideia de que o ensino de História deve ultrapassar a simples transmissão

de conteúdos cronológicos, passando a atuar como prática social comprometida com a compreensão crítica do presente e com a construção de identidades democráticas.

Outro ponto importante da obra é a discussão sobre os conceitos de memória, identidade e lugar de fala, os quais aparecem em diversos capítulos como categorias essenciais para pensar o ensino de História em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade. Os autores defendem que o trabalho com a história na escola deve considerar as múltiplas vozes e experiências dos sujeitos históricos, especialmente aqueles tradicionalmente marginalizados nas narrativas oficiais — como indígenas, mulheres, negros e classes populares.

Nesse sentido, os capítulos reforçam a importância de uma abordagem plural e situada do conhecimento histórico, que dialogue com os repertórios culturais dos estudantes e com os desafios vividos no cotidiano escolar. A prática docente, nessa perspectiva, é entendida como ato político e como forma de intervenção no mundo, exigindo constante reflexão crítica sobre o currículo, os materiais didáticos, os processos avaliativos e as relações pedagógicas.

A coletânea também enfatiza a relevância da pesquisa como ferramenta formativa para o professor de História. Diferente da visão tradicional que separa o docente do pesquisador, os textos defendem a ideia de que o professor é, ou pode ser, também pesquisador de sua prática. Isso implica reconhecer o valor do conhecimento produzido no chão da escola, a partir das experiências concretas de ensino-aprendizagem, e compreender que tais experiências geram saberes pedagógicos legítimos. A pesquisa, portanto, é tratada não como um exercício exclusivamente acadêmico, mas como parte constitutiva do trabalho docente, favorecendo a autonomia, a reflexão e a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas.

Ao final da leitura da Parte 1 da obra, o leitor é conduzido a uma compreensão mais ampla do ensino de História como um campo interdisciplinar, em constante construção, profundamente vinculado às lutas sociais e aos debates contemporâneos sobre identidade, memória, poder e educação. Trata-se de uma obra que oferece não apenas conteúdos e conceitos, mas sobretudo instrumentos de reflexão para a formação crítica e ética dos educadores.

Discussão temática e contribuições para o ensino de História

A segunda parte da análise da obra *Ensino de História e suas práticas de pesquisa* foca nos temas desenvolvidos ao longo dos capítulos e nas contribuições concretas para a prática docente. Os organizadores reúnem textos que demonstram como o ensino de História pode ser um campo fértil de pesquisa, sensível às questões sociais contemporâneas e à diversidade cultural dos sujeitos que compõem o espaço escolar.

Um dos temas mais recorrentes na coletânea é a **formação docente e o papel do professor como pesquisador**. Os capítulos evidenciam a importância de repensar a formação inicial e continuada dos professores de História, deslocando o foco da simples reprodução de conteúdos para uma atuação crítica e investigativa. O professor é visto como alguém capaz de observar, questionar, sistematizar e transformar sua prática pedagógica por meio da pesquisa. Essa concepção está alinhada com a ideia freiriana de educador reflexivo, que entende o ato de ensinar como prática ética, política e transformadora.

Outro ponto forte da obra é a ênfase na **diversidade de sujeitos e narrativas históricas**. Os textos abordam temas como gênero, raça, classe, sexualidade, religiosidade e pertencimento étnico-cultural, propondo que o ensino de História ultrapasse a narrativa hegemônica eurocentrada e masculina. Essa abordagem está em consonância com os marcos legais que instituem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas brasileiras — especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A coletânea mostra que, ao inserir essas vozes no currículo, o ensino de História ganha em densidade crítica e promove a valorização das identidades dos estudantes.

A questão curricular também aparece como tema transversal em vários capítulos. Os autores discutem como o **currículo escolar é um campo de disputa simbólica**, em que se definem quais histórias devem ser ensinadas, como e por quê. A crítica ao currículo tradicional e à linearidade cronológica da história escolar é um elemento presente em diferentes textos, que propõem abordagens mais plurais, dialógicas e centradas nos sujeitos. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é analisada sob uma perspectiva crítica, questionando seus limites, mas também apontando oportunidades para inserção de conteúdos mais contextualizados e emancipatórios.

As discussões sobre **temporalidades, fontes e saberes históricos** enriquecem ainda mais a coletânea. Os capítulos demonstram que o ensino de História não deve se restringir à sequência cronológica de eventos, mas sim estimular o pensamento histórico e a consciência temporal dos alunos. Os autores propõem o uso de fontes diversas — imagens, relatos orais, objetos, músicas, filmes, documentos digitais — para ampliar as possibilidades de interpretação e construção do conhecimento histórico. Essa abordagem favorece a compreensão do tempo como experiência humana, marcada por múltiplas vozes e ritmos.

Outro ponto destacado é a valorização das **práticas de pesquisa no cotidiano escolar**, como estratégia para tornar o ensino de História mais significativo. Os textos apresentam exemplos de projetos desenvolvidos com alunos da Educação Básica, em que a investigação parte de temas do interesse da comunidade escolar, como histórias locais, memórias familiares, conflitos territoriais e manifestações culturais. Esses projetos são apresentados como formas de promover o protagonismo dos estudantes, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades de análise crítica, leitura de fontes e produção de narrativas.

Há ainda um esforço evidente de vincular os debates conceituais às **demandas práticas da sala de aula**, o que torna a obra especialmente útil para professores em exercício e candidatos a concursos. A coletânea sugere metodologias ativas e estratégias de ensino que estimulam a participação, o debate e o pensamento crítico dos alunos. São propostas que valorizam o diálogo

entre professor e estudantes, o uso de materiais didáticos diversificados e a adaptação dos conteúdos ao contexto sociocultural da turma.

A avaliação, por sua vez, é tratada como um processo formativo, não meramente classificatório. Os capítulos apontam que avaliar o ensino de História deve envolver o acompanhamento das aprendizagens, a reflexão sobre os processos e o reconhecimento dos diferentes percursos dos alunos. A avaliação é entendida como parte do ensino, e não como sua etapa final.

Em termos de política educacional, a obra dialoga com os principais marcos normativos e legais da educação brasileira. Além da BNCC e das leis voltadas à educação para as relações étnico-raciais, há menções a documentos curriculares estaduais e municipais, bem como ao Plano Nacional de Educação. A articulação entre a pesquisa educacional e as políticas públicas reforça a ideia de que o ensino de História não está isolado, mas é parte de um projeto político-pedagógico maior.

Por fim, a coletânea traz contribuições valiosas para a **formação crítica e democrática dos professores de História**, ao defender um ensino comprometido com os direitos humanos, com a justiça social e com a construção de uma escola mais plural e acolhedora. O livro mostra que pesquisar a própria prática não é um luxo reservado à universidade, mas uma necessidade para qualquer educador comprometido com a transformação da realidade.

Portanto, *Ensino de História e suas práticas de pesquisa* constitui-se como uma leitura indispensável para quem busca compreender os desafios e as possibilidades do ensino de História no Brasil contemporâneo. Seus capítulos combinam densidade teórica, análise crítica e aplicabilidade prática, tornando-se uma referência importante tanto para concursos como para a atuação docente.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - EDUCAÇÃO É A BASE. – ASSUNTOS RELACIONADOS À HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco na história da educação brasileira, estabelecendo diretrizes para garantir a equidade e a qualidade do ensino no país. Para compreender sua importância, torna-se essencial analisar a evolução da educação no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, destacando as transformações, desafios e avanços que culminaram na formulação desse documento normativo.

A história da educação brasileira inicia-se no século XVI, com a chegada dos jesuítas, cuja missão era catequizar os indígenas e estruturar a formação da elite colonial. A pedagogia jesuítica baseava-se nos moldes europeus e priorizava o ensino humanista, influenciado pela filosofia escolástica. O ensino formal era restrito a uma parcela privilegiada da população, enquanto a maior parte dos habitantes da colônia não tinha acesso à alfabetização. A expulsão dos jesuítas em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, resultou na laicização da educação e na tentativa de modernização do ensino. No entanto, as reformas pombalinas não promoveram uma democratização efetiva do acesso à educação, que permaneceu elitista e precária.

Com a Independência do Brasil em 1822, consolidou-se a necessidade de um sistema educacional estruturado para formar cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento do país. A Constituição de 1824 estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, mas a implementação foi limitada.

O ensino secundário e superior eram acessíveis apenas às classes mais altas, perpetuando as desigualdades educacionais. Durante o século XIX, surgiram os primeiros debates sobre a necessidade de um currículo unificado para garantir maior coesão ao ensino. A criação de instituições como o Colégio Pedro II, em 1837, demonstrava uma preocupação com a padronização da educação, embora ainda restrita a poucos.

A Proclamação da República em 1889 trouxe novos desafios e debates sobre a educação. O ensino passou a ser considerado um instrumento essencial para a formação do cidadão republicano. As reformas educacionais lideradas por Rui Barbosa e Benjamin Constant enfatizaram a necessidade de uma educação mais pragmática e científica. Entretanto, a descentralização do ensino dificultou a implementação de um sistema padronizado, gerando grandes disparidades regionais.

No início do século XX, intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defenderam uma educação pública, gratuita e laica, inspirada nos princípios da Escola Nova. Essa corrente pedagógica valorizava o aprendizado ativo, a formação integral do indivíduo e a adaptação dos currículos às necessidades sociais e econômicas do país.

A Era Vargas (1930-1945) representou um marco na estruturação da educação nacional. Em 1934, a Constituição determinou a obrigatoriedade da educação primária e a participação do Estado na organização do ensino. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 reforçou o papel do governo federal na formulação de políticas educacionais. Em 1942, foram instituídas as Reformas Capanema, que organizavam o ensino secundário e técnico, buscando atender às demandas da industrialização crescente no país. Essas medidas consolidaram um modelo educacional mais estruturado, mas ainda excludente.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 representou um avanço significativo na normatização da educação brasileira. A LDB estabeleceu princípios fundamentais para a organização do ensino, embora não tenha sido capaz de superar as desigualdades educacionais. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a educação foi instrumentalizada para atender aos interesses do regime. A LDB de 1971 reforçou a educação técnica e profissionalizante, preparando mão de obra para o mercado de trabalho. A universalização do ensino fundamental começou a ser ampliada, mas persistiram problemas de qualidade e acesso.

A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 representaram um marco na garantia do direito à educação. O artigo 205 estabeleceu que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e do trabalho. A nova LDB de 1996 consolidou avanços importantes, como a descentralização do ensino, a valorização dos professores e a inclusão de conteúdos obrigatórios no currículo nacional. No entanto, a diversidade regional e a falta de um currículo unificado dificultavam a garantia de um ensino de qualidade para todos os brasileiros.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, representa um esforço para garantir um currículo unificado e a equidade na aprendizagem. A BNCC estabelece competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, independentemente da região onde estudam. Entre seus principais objetivos, destacam-se a promoção da educação integral, o incentivo ao pensamento crítico e a valorização da diversidade cultural brasileira. A BNCC também reforça a importância do letramento digital e da interdisciplinaridade, preparando os alunos para os desafios do século XXI. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada dos professores, a adequação das escolas às novas diretrizes e a superação das desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro.

A trajetória da educação no Brasil evidencia um processo marcado por avanços e desafios. A BNCC surge como um instrumento essencial para a construção de uma educação mais equitativa e de qualidade, mas sua efetividade depende de investimentos, políticas públicas consistentes e do engajamento de toda a sociedade. A história educacional brasileira demonstra que a construção de um ensino acessível e eficiente é um processo contínuo, que exige comprometimento e inovação para garantir que a educação seja, de fato, a base do desenvolvimento nacional.

BARROSO, VÉRA LÚCIA MACIEL ET AL. ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. 2010

A coletânea *Ensino de História: desafios contemporâneos*, organizada por Véra Lúcia Maciel Barroso e publicada em 2010, constitui-se como uma importante referência para o debate sobre os rumos do ensino de História na Educação Básica. A obra reúne diferentes pesquisadores comprometidos com a renovação das práticas pedagógicas e com a consolidação do ensino de História como campo autônomo de pesquisa e reflexão crítica. Seu lançamento se insere em um contexto de intensas transformações no campo educacional brasileiro, marcado pela ampliação das políticas de inclusão, pela valorização das diversidades e pelas disputas em torno da memória coletiva e da narrativa histórica.

Véra Lúcia Maciel Barroso, organizadora principal da obra, é uma pesquisadora reconhecida no campo da educação histórica, com ampla produção voltada à formação de professores, à análise do currículo e ao ensino-aprendizagem da História. Atua em programas de pós-graduação em Educação e mantém vínculos com grupos de pesquisa dedicados ao estudo das práticas escolares e das metodologias do ensino de História. Seu trabalho tem contribuído significativamente para a reflexão sobre o papel social da disciplina histórica e sobre os modos de construção do conhecimento escolar.

A obra foi publicada por uma equipe de autores vinculados a diferentes instituições de ensino superior, com forte presença de universidades públicas e grupos de pesquisa voltados ao ensino de História. O livro surge como resultado de experiências acadêmicas e pedagógicas acumuladas ao longo de anos de atuação na formação inicial e continuada de professores, além de pesquisas em escolas públicas e estudos de caso em contextos educacio-